

Reorganização do espaço produtivo e a “recuperação” da economia fluminense: uma análise a partir dos migrantes altamente qualificados*

André Geraldo de Moraes Simões**

Os impactos das transformações produtivas dos países capitalistas centrais sobre o Brasil, ao mesclarem-se com as especificidades próprias do país, produziram novos arranjos locacionais para as atividades produtivas, principalmente a industrial. A inserção do Estado do Rio de Janeiro nessa nova dinâmica locacional tem como problemática central o processo de recuperação da sua economia, a despeito da crise que acompanha o estado há décadas. Cumpre, neste artigo, desvendar alguns aspectos desta crise, bem como contribuir para o debate sobre a possível recuperação econômica do estado, tendo como foco principal o comportamento apresentado pelos trabalhadores migrantes altamente qualificados.

Palavras-chave: Migrações. Rio de Janeiro. Desenvolvimento econômico.

Introdução

Os anos 80 representaram, para o Brasil, o fim de um padrão de acumulação iniciado nos anos 50 e que teve como principal objetivo a constituição de sua matriz industrial. Este fato representou para o Estado nacional um enfraquecimento na capacidade de financiamento dos investimentos produtivos, o que, em outras palavras, significou um enfraquecimento na sua capacidade de atuar diretamente na promoção da integração do território nacional.

A década de 80 também assinalou uma mudança de rumo no que se refere à participação do Estado brasileiro nas questões de planejamento territorial, na

medida em que as preocupações governamentais passaram a centrar-se na elaboração de políticas econômicas (política monetária e fiscal, controle inflacionário e controle das dívidas interna e externa). Por outro lado, e articulado a esse novo papel do Estado, intensificam-se, a partir de meados dos anos 90, os impactos das transformações produtivas e organizacionais do capitalismo central sobre o território nacional.

Como resultado da articulação destas duas dinâmicas, observa-se o surgimento, nos campos acadêmico, empresarial e governamental, de teses que problematizam a questão da localização da atividade produtiva no território nacional, especialmente a industrial. Os principais argumentos

* Este artigo é uma versão mais aprofundada de trabalho apresentado no X Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) que reproduz o quarto capítulo da dissertação de mestrado do autor, intitulada *Reorganização do espaço produtivo nacional e a “recuperação” da economia fluminense: uma análise a partir dos migrantes altamente qualificados*, defendida em novembro de 2002 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação do professor Carlos Vainer.

** Economista da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

desenvolvidos a este respeito referem-se ao processo de reconcentração, a partir de meados dos anos 80, das atividades produtivas nas regiões mais desenvolvidas do país, principalmente aquelas de maior base tecnológica e que necessitam, para se instalarem, de ampla infra-estrutura socioeconômica. Este movimento é contrário ao observado na década de 70, quando as políticas de desconcentração produtiva levaram, como o próprio nome indica, à desconcentração de parte da atividade produtiva para as regiões menos desenvolvidas do país, no contexto de integração do mercado interno nacional.

O Estado do Rio de Janeiro, devido à sua importância histórica e localização privilegiada, seria candidato a receber intensos investimentos produtivos, já que reúne as condições locacionais necessárias à instalação das modernas atividades produtivas. Por outro lado, e devido à complexidade das questões referentes ao seu desenvolvimento econômico, a mera reunião de condições favoráveis à localização de atividades produtivas em seu território não significa, por si só, a garantia de um maior dinamismo econômico. De fato, durante boa parte do século XX o Rio de Janeiro passou por um processo de crise econômica que atingiu seu auge nos anos 80. Como reflexo desta dinâmica de crise, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou, na década de 80, um saldo migratório negativo de trabalhadores de maior qualificação com os estados de Minas Gerais e São Paulo e o Distrito Federal (Oliveira, 1999).

Nos anos 90, contudo, a radicalização das políticas neoliberais, juntamente com a mudança de postura do Estado nacional, geraram novas expectativas em relação à retomada do crescimento no Estado do Rio de Janeiro (Penalva Santos, 1997). No plano das migrações, o Censo Demográfico de 2000 mostrou que o saldo migratório do Rio de Janeiro, que era negativo em 41.671 pessoas nos anos 80, torna-se positivo em 45.536 pessoas, apontando para uma maior retenção da população no território estadual.

É na busca por um maior esclarecimento sobre a problemática da recuperação da

economia do Estado do Rio de Janeiro que se estrutura o presente artigo. Dentre os diversos indicadores socioeconômicos que permitem explicar a dinâmica apresentada pelas economias, foi privilegiado um em particular: as *migrações de trabalhadores altamente qualificados*. A escolha deste indicador deve-se, sobretudo, ao objetivo principal deste trabalho, que é estudar a dinâmica econômica do Rio de Janeiro nos anos 90, buscando elementos que possam contribuir para o debate sobre a ocorrência de uma possível “inflexão” na trajetória de declínio econômico do estado. Como os anos 90 são marcados por intensas transformações nos padrões de localização da atividade produtiva no território nacional, e como um dos requisitos para as empresas se localizarem em determinadas áreas é a existência de uma mão-de-obra altamente qualificada que possa operar com tecnologias e serviços modernos, acredita-se que o acompanhamento das tendências apresentadas por este contingente populacional possa revelar, com o auxílio de outros indicadores, alguns aspectos desta problemática.

Outro objetivo do artigo é a articulação de diferentes temáticas, dentro de um esforço de análise interdisciplinar. Este procedimento, ou método de análise, permite o entendimento de determinado fenômeno em seus múltiplos aspectos, revelando, com isso, sua complexidade e riqueza analítica. No presente caso, procurou-se trabalhar com as migrações articuladas com as temáticas da economia regional, história e mercado de trabalho do Rio de Janeiro.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção busca-se resgatar alguns elementos históricos que tiveram grande importância para o processo de declínio econômico do Estado do Rio de Janeiro. Começando em finais do século XIX, essa pequena revisão aponta os fatores que foram cruciais para o aprofundamento da crise da economia fluminense, que atinge sua maior expressão nos anos 80.

Na terceira seção são analisados com mais profundidade alguns aspectos da

problemática sobre a possível recuperação da economia do Estado do Rio de Janeiro, procurando-se apresentar diferentes visões do processo.

Na quarta seção apresentam-se os dados sobre trabalhadores e estabelecimentos industriais e de serviços para o Estado do Rio de Janeiro, num corte por mesorregiões, obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como as informações sobre migrações de trabalhadores altamente qualificados obtidas na Base de Dados para Estudos de Migração de Mão-de-Obra, aqui chamada de Raimigra. Ambas as fontes pertencem ao Ministério do Trabalho e se referem ao mercado de trabalho formal. Estas informações serão importantes na medida em que forem articuladas com os processos – gerais e específicos – que atuam sobre a economia do Rio de Janeiro.

Na última seção são apresentadas as principais conclusões do trabalho, relativas às potencialidades e aos entraves que atuam sobre a economia fluminense.

As especificidades históricas da economia fluminense

Capital da República durante quase duzentos anos (1763-1960), a Cidade do Rio de Janeiro constituiu-se como principal centro comercial e financeiro do país já no final do século XIX. Pelo seu porto escoava a produção cafeeira do interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que, aliado ao aparato administrativo instalado pelo governo federal na cidade, estimulou uma acumulação local que desembocaria em um significativo desenvolvimento industrial (Melo, 2001).

No início do século XX, essa primazia industrial do Rio de Janeiro começou a ser transferida gradativamente para São Paulo,

em virtude da crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, mas também pela ruptura do comércio internacional propiciada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, ao inibir o trânsito de mercadorias no porto do Rio, afetou profundamente a acumulação local (Melo, 2001).

A Tabela 1 mostra a participação da Cidade do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo na produção industrial do Brasil. Os dados evidenciam a transferência do centro dinâmico da economia nacional para o Estado de São Paulo, que em 1919 já apresentava uma participação relativa superior à da então capital da República. Este maior dinamismo da indústria paulista deve-se, sobretudo, à utilização de uma mão-de-obra livre, assalariada e composta principalmente por imigrantes nas culturas de café, formando os elementos que possibilitaram a transformação do capital cafeeiro em capital mercantil e a dinamização da indústria local (Cano, 1995).

Embora tenha perdido a liderança no cenário econômico nacional para São Paulo, a cidade e também o Estado do Rio de Janeiro continuaram mostrando dinamismo econômico, com suas estruturas industriais apresentando um processo de diversificação similar ao observado na economia nacional (Melo, 2001). O Estado brasileiro, por sua vez, teve importante papel na manutenção do crescimento da economia carioca/fluminense. Durante o período “Nacional-Desenvolvimentista” (1930-1964), o governo federal estimulou a instalação de indústrias na região com o objetivo não só de superar a crise da economia cafeeira, mas também de evitar, como afirma Lessa (2000, p. 347), uma “excessiva hegemonia paulista”. Grande parte destas indústrias foi estabelecida no interior do estado, como a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), a

TABELA 1
Participação na produção industrial do Brasil (%)

Estado	1907	1919	1939	1949
Rio de Janeiro	40	28,4	22	19,3
São Paulo	16,5	33	45,4	48

Fonte: Considera e Melo (1985), *apud* Melo (2001).

Companhia Nacional de Álcalis (na Região dos Lagos) e a Refinaria Duque de Caxias (Baixada Fluminense).

Essa iniciativa do Estado brasileiro não impulsionou, por outro lado, a criação de uma matriz industrial na região que permitisse a difusão dos efeitos de encadeamento para toda a economia. A razão para isso encontra-se na orientação da política econômica do governo federal, em especial o Plano de Metas (1955-1960), que elegeu São Paulo como destino da maior parte dos investimentos industriais. Essa orientação do governo possibilitou a consolidação de uma matriz industrial neste estado, gerando efeitos de encadeamento sobre toda a economia nacional e atrelando o desenvolvimento econômico de todas as regiões à dinâmica econômica paulista. Com isso, os únicos complexos industriais formados no território fluminense foram o complexo metal-mecânico, em virtude da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, e o complexo químico, devido à instalação de grandes laboratórios. Estes complexos, embora gerassem efeitos de encadeamento nos seus respectivos setores, não puderam ser estendidos para os demais ramos da economia fluminense, impedindo um maior dinamismo econômico.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, marcou o segundo “golpe” sobre a economia carioca/fluminense, que até então tinha os efeitos de sua crise estrutural suavizados pelo fato de o Rio de Janeiro manter a sede do poder político nacional. O progressivo “esvaziamento” político e econômico que daí se derivou não foi muito contestado pelas elites cariocas, num primeiro momento, porque elas não acreditaram na possibilidade de perda da centralidade que a Cidade do Rio de Janeiro tinha no cenário nacional (Lessa, 2000). Junte-se a isso o fato de que, possuindo o *status* de estado da Federação (o Distrito Federal passou a se chamar Estado da Guanabara), a Cidade do Rio de Janeiro aumentava sua arrecadação tributária, pois combinava, ao mesmo tempo, as características de estado e município.

Pelo lado do governo federal, o que se nota é uma redução da sua participação

nos problemas apresentados pelo então Estado da Guanabara, que ganha impulso com o golpe militar de 1964. De fato, o objetivo dos governantes brasileiros durante a construção de Brasília era fazer uma transferência paulatina do aparato federal da Cidade do Rio de Janeiro para a nova capital, de forma a permitir a estruturação de sua economia em bases próprias. Esse objetivo, no entanto, foi abandonado quando os militares chegaram ao poder. Houve então uma grande aceleração na transferência de instituições federais para Brasília, gerando, mais tarde, o discurso de que o Estado brasileiro, ao não honrar suas promessas de ajuda ao Rio de Janeiro, contribuiu fortemente para o seu “esvaziamento econômico” (Araújo Filho, 1994).

Em uma passagem um pouco longa, mas essencial, Penalva Santos (1997) sintetiza bem os efeitos da transferência da capital federal para Brasília:

O Rio perdeu sua condição de capital em 1960 com a fundação de Brasília. Ao invés de unir-se ao seu entorno territorial, o Rio passou de Distrito Federal a Estado da Guanabara, mantendo a separação com o antigo Estado do Rio de Janeiro. Esta situação certamente contribuiu para agravar as perspectivas já ruins da economia dos dois estados, pois além de enfrentar um esvaziamento secular, [o Rio] perdeu a condição de sede do governo federal num momento em que se iniciou um forte processo de hipertrofia do Estado. A isso conjugou-se a política de interiorização da economia brasileira e, portanto, a preferência governamental por beneficiar as regiões Norte e Centro-Oeste, não cabendo esperar que fosse dado um tratamento especial ao Rio para compensá-lo de seu *status* político-administrativo. (Penalva Santos, 1997, p. 885)

O terceiro “golpe” sobre a economia fluminense veio em meados dos anos 70, quando os militares realizaram a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Este feito fez parte do projeto “Brasil Grande Potência” implementado no governo Geisel (1974-1979), que tinha como objetivo principal o desenvolvimento econômico do país através da industrialização pesada.

A fusão, promovida, segundo muitos, de forma autoritária, marcou a união entre dois estados com características estruturais (administrativas e de infra-estrutura) bastante distintas (Lessa, 2000; Motta, 2001). Realizada sob os auspícios do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a fusão entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro atendia a dois objetivos. Em primeiro lugar, buscava-se uma redução da hegemonia paulista no cenário econômico. O II PND tinha o objetivo de formar um complexo científico e tecnológico de ponta no novo Estado do Rio de Janeiro, aproveitando o grande número de instituições existentes, bem como o alto nível de escolaridade dos cariocas. De fato, a produção científica do estado chegou a representar cerca de 23% do total nacional no período 1975-1979, cifra esta que se reduz posteriormente, como será visto adiante (Guimarães, 2001).

Já o segundo objetivo pode ser resumido como a busca de maior base territorial para a expansão da economia da Guanabara, que havia atingido o limite físico na sua capacidade de desenvolvimento. Os militares e boa parte da elite empresarial carioca acreditavam que o ganho territorial obtido com a fusão representaria uma maior expansão e redinamização da economia carioca/fluminense, já que seriam combinados o aparato administrativo e institucional existente no Estado da Guanabara com o “amplo” território do Estado do Rio de Janeiro.

O que ocorreu, na verdade, foi que a fusão aprofundou ainda mais os problemas estruturais dos dois estados. Em primeiro lugar, pela maneira como foi feita: a fusão não tinha o apoio da maioria da população, principalmente a da Guanabara, que via neste projeto a perda de uma identidade construída enquanto capital do Império e, depois, da República. A forma autoritária como foi realizada a fusão correspondeu

mais aos interesses de alguns setores do empresariado carioca/fluminense do que da sociedade como um todo (Araújo Filho, 1994).

Por outro lado, embora o II PND tenha aumentado os investimentos para o Rio de Janeiro, com a construção da Usina Nuclear de Angra I, do porto de Sepetiba, da ponte Rio–Niterói e da rodovia Rio–Santos, além dos projetos de implantação da Usina II da CSN e do complexo tecnológico-científico, a crise do petróleo do final dos anos 70 desestabilizou ainda mais a capacidade de financiamento do Estado brasileiro, que estava ancorada nos recursos externos, agora escassos. A consequência para o Rio de Janeiro foi uma progressiva desaceleração dos investimentos previstos no II PND, com a não implementação de boa parte dos projetos direcionados para o estado. Essa tendência continuou durante os anos 80, quando a “generosidade” do governo federal com os programas de ciência e tecnologia do estado revelou-se, de acordo com Lessa (2000, p. 350), num “sufoco humilhante”¹.

Penalva Santos (1997) mais uma vez sintetiza bem este período, ao afirmar que

[...] o agravamento do controle externo e da crise do balanço de pagamentos obrigou o governo a desacelerar este projeto (de localizar no Rio os setores de tecnologia de ponta), impondo maior seletividade nos gastos públicos. Grande parte dos projetos a serem localizados no Rio não foram implementados. Vale dizer, *o governo federal não cumpriu inteiramente com sua parte no projeto da fusão. Assim, apesar de um alentado planejamento estadual, o governo da fusão não conseguiu reverter o quadro de crise da economia fluminense.* (Penalva Santos, 1997, p. 886; grifos meus)

A década de 80 aprofundou o declínio econômico do Rio de Janeiro, ao desnudar os problemas estruturais enfrentados pelo estado desde o início do século XX. De acordo com Dain (1990), a crise econômica que compreende a década de 80 e início

¹ Realmente, o que se notou no período subsequente à crise do final dos anos 70 foi uma redução da participação do Rio de Janeiro no total da pesquisa científica brasileira, que passou de 23% no período 1975-1979 para apenas 17% entre 1995 e 1999 (Guimarães, 2001).

dos anos 90 é determinada por uma superposição de crises: a crise econômica nacional, a crise estrutural do estado e a crise determinada por fatores próprios do Rio de Janeiro.

A crise econômica nacional teve forte impacto sobre a economia fluminense. Por ter sido capital do país por tanto tempo, o Rio de Janeiro concentrava grande parcela do funcionalismo federal, cerca de 20% no final dos anos 80, bem como sedes das empresas estatais (Araújo Filho, 1994). Esta grande presença do governo federal no território fluminense ajuda a explicar o grande impacto que a crise dos anos 80 teve sobre o estado. Este entendimento torna-se mais explícito quando relacionado às demais crises que se abateram sobre o Rio.

A segunda crise é a relativa à decadência estrutural do estado, principalmente no que se refere à sua estrutura industrial e de empregos. No que concerne à estrutura de empregos, observa-se uma grande participação do setor terciário, principalmente no seu ramo tradicional, “máscara do subemprego” (Dain, 1990, p.1). Já com relação à estrutura industrial, nota-se que o Estado do Rio de Janeiro não conseguiu formar uma matriz industrial densa, que gerasse efeitos de encadeamento para toda a economia. Ao contrário, a indústria do estado especializou-se na produção de bens de consumo não-duráveis, fornecidos principalmente para o mercado local.

A consequência disso foi que o Estado do Rio de Janeiro, por ser um produtor de bens de consumo não-duráveis para o mercado local, teve sua economia seriamente afetada pelo arrocho salarial e as demissões do funcionalismo público federal, com sua indústria chegando aos anos 90 com cerca de 25% de capacidade ociosa (PPA, 1995).

Por fim, e “esmagada por todas essas crises”, existe uma crise com raízes próprias no Rio de Janeiro, que se manifesta na ausência de identidade e de solidariedade do estado para com ele mesmo (Dain, 1990, p. 2). Esta crise, que teve na sua origem especificidades próprias do estado, resultou em uma formação política peculiar, ou seja, o Rio de Janeiro, por ter sido a capital do

país por longo tempo, desenvolveu um discurso político voltado para questões de interesse nacional, deixando em segundo plano as particularidades locais. A ausência de grupos de pressão política que atuassem no sentido de formar um discurso articulador em prol dos interesses do Rio é um fator de suma importância para se entender a crise econômica que se abateu sobre o estado.

A partir de meados dos anos 90, no entanto, alguns autores começam a detectar uma certa “inflexão” na trajetória de declínio da economia fluminense (Penalva Santos, 1997 e 2001; Rodrigues, 1997 e 1998). Tendo em vista o processo de reestruturação do capitalismo central iniciado nos anos 70, que produziu, dentre outros desdobramentos, a intensificação do desenvolvimento das tecnologias da informação, estes autores começam a colher evidências de que o Rio de Janeiro apresentaria, hoje, os fatores locais (mão-de-obra qualificada, ambiente cosmopolita, centros de Pesquisa e Desenvolvimento etc.) necessários à instalação de empresas intensivas nestas tecnologias. Estes argumentos, contudo, devem ser trabalhados com extremo cuidado, na medida em que o Rio de Janeiro, embora possa estar mostrando tendências de recuperação econômica, ainda apresenta indicadores de estagnação e crise, principalmente no setor industrial. A próxima seção se dedica a explorar com mais profundidade esta questão.

Os anos 90 e a questão da recuperação econômica do Rio de Janeiro

A crise econômica dos anos 80, ao enfraquecer a capacidade de intervenção produtiva do Estado nacional, abriu caminho para a difusão de teses que pregavam uma menor intervenção estatal na economia e uma maior liberdade para a atuação das forças de mercado. De fato, já no final daquela década foram introduzidos mecanismos que produziram uma maior abertura da economia brasileira para o mercado internacional. Mas foi a partir de meados da década de 90 que o processo

de internacionalização da economia brasileira ganhou dinamismo, com a intensificação da abertura comercial, a valorização cambial, as privatizações e a reestruturação produtiva das empresas.

O Rio de Janeiro, ao reunir as condições locais para a instalação destas empresas, poderia estar iniciando, desde meados dos anos 90, uma reversão na sua trajetória de crise. De fato, a busca por uma recuperação econômica do estado pode ser notada quando se analisa o Plano Plurianual (PPA) do governo estadual para o período 1996-1999. Nele, observa-se nitidamente uma clara mudança no papel do estado, que passa a operar no sentido de captar recursos e facilitar a instalação de empresas no território fluminense. De acordo com o Plano:

A saída “para a precariedade dos investimentos” está na introdução do conceito de *Estado articulador*, com o papel de captar junto aos agentes financiadores, no país e no exterior, os recursos necessários ao desenvolvimento dos seus programas e projetos prioritários. E no que diz respeito ao capital privado, cujo interesse por investimentos no Rio de Janeiro novamente se evidencia, compete ao Estado oferecer as facilidades ao seu alcance, procurando conjugar a alocação desses recursos com a necessidade de direcionar o desenvolvimento regional e orientar a Formação Bruta de Capital Fixo. (PPA, 1995, p. 36; grifos meus)

O PPA mostra, ainda, a intenção de promover o desenvolvimento do Rio de Janeiro de uma perspectiva “holística”, ou seja, os investimentos não ficariam restritos apenas à Região Metropolitana, mas seriam descentralizados para áreas dinâmicas do interior do estado. Através da implementação de macroeixos de desenvolvimento seria promovida a articulação entre as regiões do estado, o que levaria ao seu desenvolvimento integrado.

Esta *tendência* de inflexão é captada por Rodrigues (1997 e 1998), que, a partir de um levantamento das intenções de investimentos para o período 1996-2000 feito junto às empresas e à mídia escrita, chegou à conclusão que o Rio de Janeiro estaria incluído no “polígono de desenvolvimento” proposto por Diniz (1993), que até então incluía apenas os estados de Minas Gerais, São Paulo (interior), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses investimentos estariam concentrados principalmente nos pólos metal-mecânico, turístico, farmacêutico, de higiene e limpeza.

Penalva Santos (1997) também acredita que o Rio de Janeiro esteja experimentando um processo de recuperação econômica, devido, principalmente, aos impactos das transformações produtivas e organizacionais do capitalismo central sobre o espaço brasileiro e, em particular, sobre o espaço fluminense. Os novos requisitos locais (“vantagens locais dinâmicas”), como a existência de uma mão-de-obra com alta qualificação e de serviços especializados, seriam os grandes responsáveis pela atração das grandes empresas. Para a referida autora, os investimentos industriais tenderiam a buscar as cidades médias do interior do estado, ficando a capital como um centro de serviços avançados conectado aos grandes centros mundiais².

Esta tendência de desconcentração da indústria em direção ao interior fluminense é constatada também por Melo (2001), que, mediante as informações de admitidos e desligados da indústria de transformação obtidas pela RAIS para o ano de 1999, verifica um saldo negativo para a Região Metropolitana, acompanhado de um pequeno saldo positivo para as demais regiões do estado, o que sugere que estaria em curso um processo de crescimento do

² Em matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 1º de novembro de 2001, intitulada “Muda o eixo de investimentos no Rio”, são analisados os investimentos feitos no estado entre 1995 e 2001. Neste período foram investidos cerca de 23 bilhões de reais no estado, grande parte nas regiões do interior e na Baixada Fluminense. A conclusão da matéria, assinada por S. Ararípe, é que “o novo rumo é o interior. A capital, gradualmente, vai se transformando num centro de serviços [...]”. A massa de capital e empregos que marcha para o interior fluminense deve resultar em um novo mapa político no estado nos próximos 10 anos” (Ararípe, 2001; grifos meus).

emprego formal da indústria no interior do estado.

Por outro lado, ao analisar a economia estadual de forma agregada, Melo (2001) verifica uma redução de 10,7% no emprego industrial entre 1994 e 1996. Esta queda deve-se à grande concentração do emprego industrial na Região Metropolitana, que apresentou uma perda significativa de postos de trabalho industriais. De fato, como aponta Sabóia (1999), o Rio de Janeiro foi o único estado da Federação que apresentou uma redução absoluta tanto no número de trabalhadores da indústria quanto no de estabelecimentos industriais entre 1989 e 1997³.

A complexidade da problemática que envolve a retomada do crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro pôde ser observada pela contraditória tendência apresentada pelos indicadores de emprego e estabelecimentos industriais. Por um lado houve desconcentração industrial em direção ao interior do estado, sinalizando uma reorganização espacial da economia fluminense. Por outro lado, a queda do emprego e do número de estabelecimentos industriais reforça os indicativos de crise no estado. A próxima seção aprofunda esta questão ao apresentar as informações sobre emprego, estabelecimentos industriais e migrações fornecidas pela RAIS e a Raismigra, para os anos de 1992 e 1999.

A distribuição dos estabelecimentos e trabalhadores no espaço fluminense

A Tabela 2 mostra a distribuição dos estabelecimentos industriais e de serviços nas regiões que compõem o espaço flu-

minense nos anos de 1992 e 1999. Seus dados evidenciam a hegemonia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que concentrava, em 1992, cerca de 72% dos estabelecimentos industriais e 80% dos estabelecimentos de serviços do estado. As informações para 1999, por outro lado, apontam uma queda no número de estabelecimentos industriais nesta região, acompanhada de um aumento dos mesmos nas demais regiões do estado, exceção feita à Serrana, que também apresentou queda. Estes resultados sugerem uma desconcentração dos estabelecimentos industriais em direção ao interior do estado.

No caso dos estabelecimentos de serviços, nota-se o seu crescimento em todas as regiões, principalmente no Norte Fluminense, Sul Fluminense e Baixadas, evidenciando a capacidade de expansão deste setor na economia do Rio de Janeiro⁴.

Esta tendência se reproduz para todas as regiões do estado, destacando-se a Região Metropolitana, onde, em 1999, 87% dos seus estabelecimentos pertenciam ao setor de serviços. Já o setor industrial desta região apresentou uma queda de cerca de 57% no número de estabelecimentos, o que corrobora a hipótese de que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro estaria se especializando em atividades típicas do setor de serviços, seguindo as tendências das grandes metrópoles mundiais, ao passo que a produção industrial estaria se desconcentrando para o interior do estado (Penalva Santos, 2001; Araripe, 2001).

Com relação à distribuição dos trabalhadores pelo espaço fluminense, a Tabela 3 mostra uma dinâmica diferenciada, com o crescimento do emprego industrial nas regiões Noroeste e Baixadas e sua redução

³ Sabóia (1999) também trabalha com os dados da RAIS, mas para os anos de 1989 e 1997. Essa redução foi de 604.656 para 343.859 no caso dos empregos nas indústrias de transformação e extrativa mineral, o que corresponde a uma queda de cerca de 43%. No caso dos estabelecimentos industriais, houve uma redução de 19.482 para 16.593 no período analisado, correspondendo a uma queda de 14,8%. O que o referido autor constata é que a redução do número de empregos formais na indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro não ocorre somente em função da reestruturação produtiva, mas responde a questões referentes à manutenção da crise interna do estado, o que pode ser constatado pela igual redução do número de estabelecimentos industriais.

⁴ O ganho de importância do setor de serviços na economia do Rio de Janeiro pode ser mais bem dimensionado quando se analisa a participação de cada setor na economia do estado. Assim, os estabelecimentos industriais, que em 1992 representavam cerca de 23% do total de estabelecimentos do estado, reduzem-se a apenas 14% em 1999. Já os estabelecimentos de serviços, que no primeiro ano representavam 76% do total, chegam a 1999 com uma representação de cerca de 85%.

TABELA 2
Distribuições dos estabelecimentos industriais e de serviços no espaço fluminense – 1992 e 1999

Regiões	Indústria	Serviços	Total
Noroeste Fluminense			
1992	477	754	1.231
1999	658	1.166	1.824
Norte Fluminense			
1992	650	1.465	2.115
1999	767	2.754	3.521
Centro Fluminense			
1992	321	647	968
1999	420	1.050	1.470
Baixadas			
1992	411	1.246	1.657
1999	432	2.914	3.346
Sul Fluminense			
1992	1.082	3.433	4.515
1999	1.292	5.956	7.248
Serrana			
1992	2.043	3.257	5.300
1999	2.021	5.407	7.428
RM do Rio de Janeiro			
1992	12.673	45.998	58.671
1999	10.959	76.991	87.950
Total			
1992	17.657	56.800	74.457
1999	16.549	96.238	112.787

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS.

nas demais regiões. Estes resultados sugerem a existência de uma dinâmica que está atrelada às transformações na economia mundial. Em primeiro lugar, e devido à necessidade de modernizarem suas estruturas produtivas para alcançarem maior competitividade, é provável que essas indústrias tenham enxugado seus quadros de funcionários. Esta hipótese é bastante plausível quando se compara a distribuição dos trabalhadores da indústria com a distribuição dos estabelecimentos industriais. Ao passo que nas regiões Norte, Centro e Sul Fluminense houve uma redução dos trabalhadores, acompanhada de um aumento do número de estabelecimentos industriais, no Noroeste Fluminense e Baixadas o aumento foi para ambos. Já nas regiões Serrana e Metropolitana houve uma redução tanto no número de trabalhadores quanto no de estabelecimentos industriais.

Por outro lado, devido ao fato de a Região Metropolitana do Rio concentrar um expressivo contingente de trabalhadores da indústria, as informações obtidas para 1992 e 1999 podem também estar indicando que o dinamismo das indústrias do interior fluminense ainda não é forte o suficiente para absorver a grande quantidade de trabalhadores dispensados pela metrópole – que concentrava cerca de 74% dos trabalhadores da indústria do estado em 1992, passando a 72% em 1999. Com isso o Rio de Janeiro poderia estar registrando uma perda de trabalhadores para outras regiões e unidades da Federação, como será analisado mais adiante, ou mesmo uma migração para o setor de serviços, que apresentou significativo aumento neste período.

Os trabalhadores do setor de serviços apresentaram um grande crescimento,

TABELA 3
Distribuição do emprego industrial e de serviços no espaço fluminense – 1992 e 1999

Regiões	Indústria	Serviços	Total
Noroeste Fluminense			
1992	3.939	13.640	17.579
1999	6.133	17.907	24.040
Norte Fluminense			
1992	22.466	27.236	49.702
1999	15.060	44.245	59.305
Centro Fluminense			
1992	9.288	10.527	19.815
1999	7.799	25.911	33.710
Baixadas			
1992	4.650	17.480	22.130
1999	5.139	29.711	34.850
Sul Fluminense			
1992	51.231	67.585	118.816
1999	36.219	102.122	138.341
Serrana			
1992	32.302	38.256	70.558
1999	29.223	55.625	84.848
RM do Rio de Janeiro			
1992	356.027	1.235.918	1.591.945
1999	260.573	1.409.028	1.669.601
Total			
1992	479.903	1.410.642	1.890.545
1999	360.146	1.684.549	2.044.695

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS.

seguinte a tendência observada pelos estabelecimentos de serviços. A Região Metropolitana é a que registra a maior participação relativa dos trabalhadores no setor de serviços, cerca de 85% em 1999, com um crescimento de 14% em relação a 1992. Esta dinâmica indica, mais uma vez, uma mudança nas características econômicas do espaço fluminense, com a sua Região Metropolitana cada vez mais especializada em atividades de serviço, embora ainda concentrando o grosso da produção industrial do estado.

Um aspecto importante dessa complexa questão sobre a possível recuperação

econômica do Estado do Rio de Janeiro é o comportamento apresentado pelos trabalhadores altamente qualificados⁵, peça fundamental para o funcionamento daquelas atividades produtivas que tendem a alavancar a economia fluminense, ou seja, aquelas intensivas em tecnologias da informação. O comportamento apresentado por este contingente de trabalhadores é semelhante ao observado pelos trabalhadores em geral, com uma diferença: é maior a concentração destes trabalhadores altamente qualificados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Enquanto esta região concentrava, em

⁵ Chamarei de trabalhadores altamente qualificados aqueles com curso superior completo e incompleto, para que possa haver compatibilidade com os resultados obtidos pelas PNADs que serão mostrados adiante, embora saibamos que a classificação sócio-ocupacional adotada nas PNADs contempla, além da educação, o rendimento.

TABELA 4
Distribuição dos trabalhadores altamente qualificados no espaço fluminense – 1992 e 1999

Regiões	Indústria	Serviços	Total
Noroeste Fluminense			
1992	89	946	1.035
1999	180	2.000	2.180
Norte Fluminense			
1992	2.033	3.688	5.721
1999	962	8.055	9.017
Centro Fluminense			
1992	193	792	985
1999	289	7.597	7.886
Baixadas			
1992	151	1.390	1.541
1999	231	3.461	3.692
Sul Fluminense			
1992	4.903	11.485	16.388
1999	3.652	18.743	22.395
Serrana			
1992	1.298	5.029	6.327
1999	1.061	9.084	10.145
RM do Rio de Janeiro			
1992	39.710	236.351	276.061
1999	33.141	365.147	398.288
Total			
1992	48.377	259.681	308.058
1999	39.516	414.087	453.603

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS.

1999, cerca de 72% e 83%, respectivamente, dos trabalhadores da indústria e do setor de serviços, no caso dos trabalhadores altamente qualificados esse percentual chega a 83% e 88%, como é mostrado na Tabela 4.

Essa excessiva concentração dos trabalhadores de alta qualificação na Região Metropolitana, combinada com a redução do número absoluto destes trabalhadores em todo o estado, exceção feita ao Noroeste Fluminense e Baixadas,

no caso do setor industrial, indica mais fortemente que o estado vem perdendo este contingente populacional para outras unidades da Federação, em virtude do já referido insuficiente dinamismo do interior fluminense ou mesmo de sua migração para o setor de serviços, em expansão⁶. A subseção seguinte preocupa-se em analisar com mais profundidade a dinâmica migratória apresentada por estes trabalhadores altamente qualificados.

⁶ Não se quer afirmar aqui que o interior fluminense não vem apresentando dinamismo. Pelo contrário. Existem fortes evidências de que as cidades médias (entre 100 mil e 500 mil habitantes) do estado vêm apresentando um significativo dinamismo econômico, principalmente a partir de meados dos anos 90, em virtude, principalmente, da instalação de diversos empreendimentos industriais. O que se quer afirmar é que esse dinamismo ainda não é forte o suficiente para absorver os impactos da desconcentração industrial da Região Metropolitana, que por ser a região mais densamente povoada do país, possui um expressivo contingente de trabalhadores. Sobre esse assunto ver Penalva Santos (2001).

*Os deslocamentos dos migrantes altamente qualificados no Rio de Janeiro*⁷

A Tabela 5 mostra que houve redução no número de imigrantes entre 1992 e 1999, com uma taxa de crescimento negativa igual a 1,77%. Por outro lado, essa redução foi superior à verificada para o caso dos emigrantes, que apresentaram uma taxa de crescimento negativa de 1,43% no período analisado, indicando uma perda deste estrato populacional pelo estado⁸.

Quanto à origem e destino dos migrantes altamente qualificados do Rio de Janeiro, a Tabela 5 mostra uma tendência clara de que esses movimentos estão cada vez mais concentrados na região Sudeste do país. Só para se ter uma idéia, enquanto em 1992 cerca de 37% dos imigrantes que se dirigiram para o Rio de Janeiro eram

provenientes desta região, em 1999 esse percentual subiu para 53%. No caso da emigração, nota-se a mesma tendência, com uma participação mais estável no tempo.

Se agregarmos à região Sudeste os estados do Sul do país, a participação no total dos imigrantes de alta qualificação que se dirigem para o Rio de Janeiro sobe para 63% em 1999. Esse valor torna-se mais elevado no caso dos trabalhadores que saem do Rio e se dirigem para essas duas regiões, alcançando cerca de 67% do total. Estes resultados, ao mostrarem um aumento da concentração dos migrantes altamente qualificados com origem e destino no Rio de Janeiro nas regiões mais desenvolvidas do país, contribuem para reafirmar as teses que indicam uma reconcentração da atividade produtiva nestas regiões.

TABELA 5
Participação das Regiões Brasileiras na imigração e emigração de trabalhadores altamente qualificados
Rio de Janeiro – 1992 e 1999

	1992	Imigrantes	(%)	Emigrantes	(%)
Nordeste		5.192	20,1	7.005	15,46
Sudeste		9.646	37,4	23.291	51,41
Sul		5.011	19,4	8.315	18,35
Centro-Oeste		5.931	23,0	6.691	14,77
Total		25.780	100	45.302	100
	1999	Imigrantes	(%)	Emigrantes	(%)
Nordeste		6.920	26,23	7.314	16,7
Sudeste		14.160	53,67	22.097	50,3
Sul		2.494	9,45	7.737	17,6
Centro-Oeste		2.810	10,65	6.770	15,4
Total		26.384	100	45.986	100

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

⁷ A Base de Dados para Estudos de Migração de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho (Raismigra), tendo como base as informações sobre os vínculos do PIS de cada trabalhador obtidos nos arquivos da RAIS, possibilita o acompanhamento da trajetória intersetorial, ocupacional e geográfica dos trabalhadores do mercado de trabalho formal brasileiro, no período de 1994 a 1998. As informações foram filtradas da seguinte forma: foi feito um filtro mostrando onde os trabalhadores que se encontravam em 1994 na RMRJ estavam localizados em 1998 e outro mostrando o inverso, ou seja, onde estavam, em 1994, os trabalhadores que se encontravam na RMRJ em 1998. Este procedimento permitiu, além do estabelecimento do número de imigrantes e emigrantes, uma análise no nível intra-estadual, já que as informações foram desagregadas por microrregiões.

⁸ Foi considerado migrante pelas PNADs aquele indivíduo que migrou há menos de dez anos, tendo em consideração o seu último movimento migratório (migrante de última etapa). Sabe-se das limitações apresentadas pelas informações das PNADs quando desagregadas em demasia. Procurar-se-á, dessa forma, trabalhar com as tendências reveladas pelos resultados, além de associá-los às informações obtidas pela Raismigra.

Indo em direção a um nível de desagregação ainda maior, passa-se à análise das migrações dentro do território fluminense, onde se revela uma tendência já apresentada anteriormente, qual seja: a desconcentração da produção industrial para o interior do estado, ficando a metrópole cada vez mais especializada na produção de serviços diversos, embora ainda seja responsável por grande parte da produção industrial do estado.

A Tabela 6 mostra as migrações de trabalhadores altamente qualificados entre a Região Metropolitana e as regiões do interior do estado, desagregando-as pelo setor industrial e de serviços. Estas informações atestam um ganho populacional do interior fluminense no que se refere aos trabalhadores do setor industrial. Já no caso do setor de serviços ocorre o inverso, com a metrópole absorvendo grande parte dos migrantes do interior. A região Sul Fluminense é a que apresenta maior participação nas trocas com a metrópole, chegando a absorver cerca de 60% dos migrantes da indústria oriundos desta última.

Esta desconcentração, por outro lado, ainda não seria suficientemente grande para absorver os trabalhadores do setor industrial oriundos da Região Metropolitana, o que pode ser notado quando medimos a participação do interior fluminense na

absorção dos migrantes com origem na metrópole. No caso do total das migrações, essa absorção chegou a 36%, cifra um pouco superior à apresentada por São Paulo, que foi de 31%, e inferior à média do conjunto das regiões Sul e Sudeste, que foi de 45%. No caso dos migrantes altamente qualificados, essa cifra foi menor ainda, chegando a 27%, o que mostra que a economia do interior fluminense ainda não está estruturada suficientemente para absorver atividades de elevado conteúdo tecnológico. O Estado de São Paulo, por outro lado, apresentou uma grande capacidade de absorção desses migrantes (41% do total), resultado, porém, ainda abaixo dos 54% apresentados pelas regiões Sul e Sudeste.

Conclusões

As análises empreendidas no decorrer do artigo mostraram que o Rio de Janeiro vem promovendo, principalmente desde meados da década de 90, uma reorganização da atividade econômica no seu território. Através das informações fornecidas pela RAIS ficou claro que a metrópole fluminense vem descentralizando a produção industrial para o interior do estado, o que pôde ser notado pelo aumento do número de estabelecimentos industriais nestas regiões. Em

TABELA 6
Trocas migratórias entre a Região Metropolitana e o interior do Rio de Janeiro –1994 a 1998

	Total		Qualificados	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Indústria				
Noroeste	271	315	13	14
Norte	1.976	2.161	344	286
Centro	1.127	814	63	43
Baixadas	382	592	20	67
Sul	9.400	5.849	764	487
Serrana	2.317	1.360	165	135
Total	15.473	11.091	1.369	1.032
Serviços				
Noroeste	1.005	946	173	182
Norte	5.244	6.248	1.294	1.215
Centro	1.024	2.623	151	237
Baixadas	4.542	3.399	694	593
Sul	21.148	24.544	2.474	3.330
Serrana	5.922	7.829	1.092	1.405
Total	38.885	45.589	5.878	6.962

Fonte: Ministério do Trabalho. Raismigra.

sentido oposto, as atividades de serviços mostraram uma tendência de concentração na Região Metropolitana, seguindo movimento empreendido pelas grandes metrópoles mundiais, que combina, por um lado, a desconcentração das atividades industriais para regiões onde os custos de localização sejam menores e, por outro, a concentração de atividades de alto conteúdo tecnológico, representadas, em grande parte, pelo setor de serviços avançados. De acordo com Penalva Santos (2001, p. 266):

[...] associam-se [na metrópole fluminense] dois movimentos aparentemente antagônicos: uma tendência à consolidação das áreas metropolitanas, transformadas em verdadeiras “economias de serviços”, e uma outra tendência, em sentido inverso, de desconcentração das atividades industriais, beneficiando principalmente cidades de porte médio.

O interior fluminense, embora venha se beneficiando do aumento de investimentos industriais e, por conseguinte, em infraestrutura, ainda não está estruturado suficientemente a ponto de absorver os trabalhadores oriundos da Região Metropolitana. A razão para isso encontra-se na grande concentração populacional e econômica nesta região, que, aliada a fatores específicos do estado, obstruiu durante décadas a descentralização dos investimentos para outras regiões.

Junte-se a isso o fato de a economia do Rio de Janeiro estar fortemente atrelada à dinâmica da economia nacional, o que, em tempos de crise, como os anos 90, condiciona o desenvolvimento econômico estadual a níveis abaixo da sua capacidade efetiva. Ao analisar a dinâmica econômica das cidades médias extra-metropolitanas e metropolitanas, Penalva Santos (2001) chega à conclusão de que as últimas apresentaram um maior dinamismo durante os anos 90, o que mostra que o fator que

levaria o estado a redinamizar sua economia, as cidades médias do interior, não vingou plenamente, embora estas venham se reestruturando e apresentando características de centros médios urbanos, favoráveis à localização de investimentos produtivos.

Com isso, o excedente de trabalhadores dispensados pela Região Metropolitana do Rio estaria migrando para outros estados, principalmente para os das regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo. Este estado, por sua vez, foi o responsável pela absorção da maior proporção de trabalhadores de alta qualificação oriundos do Rio de Janeiro, o que condiz com o seu grande dinamismo econômico e, principalmente, com sua capacidade de concentração de grande parte das atividades de alta tecnologia do país.

Não se pode concluir, com o que foi dito até aqui, que o Rio de Janeiro passa por uma inflexão na sua trajetória de declínio econômico. Esta afirmação, respaldada apenas por indicadores de crescimento econômico, está descolada de uma realidade complexa secularmente constituída e que não pode ser revertida apenas em função de mudanças produtivas observadas na economia nacional/mundial. O que as informações apresentadas no presente trabalho mostraram, por outro lado, foi uma intensa *reorganização da atividade econômica no território fluminense*, com o início de uma desconcentração da produção e da população da Região Metropolitana e o crescimento das cidades médias. A reversão dessa reorganização espacial da economia fluminense em uma verdadeira inflexão econômica é uma tarefa das autoridades locais, que devem se empenhar para mobilizar não apenas as forças econômicas, mas também aquelas que ajudaram a construir o “Rio de todas as crises”⁹.

⁹ Referência ao seminário “O Rio de todas as crises”, promovido pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1990, que discutiu diversos aspectos da crise (econômica, política, social, cultural) que o estado então atravessava.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 1992.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Bases de Dados para Estudos de Migração de Mão-de-Obra (Remigra)**. Brasília, DF, 1999.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, F.R.C. **Movimentos migratórios internos no Brasil**: características e estimativas. 1981-1996. Dissertação de mestrado em Demografia, Escola Nacional de Ciência Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 2001. 139p.

ARARIPE, S. Muda eixo de investimentos no Rio. **Jornal do Brasil**, 1/11/2001, Caderno de Economia, p.13.

ARAÚJO FILHO, V. F. **Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994. 2 vols.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4ª edição ampliada. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 401p.

DAIN, S. Rio de todas as crises: crise econômica. In: Seminário Rio de Todas as Crises, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990, p. 1-8.

DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Hori-zonte, v. 3, n. 1, 1993, p. 35-64.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Plurianual 1996-1999**. Rio de Janeiro, 1995.

GUIMARÃES, R. A pesquisa científica e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro: um (des)balanço. In: FREIRE, A., SARMENTO, C.E. e MOTTA, M. (orgs.), **Um estado em questão**: os 25 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 285-322.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000. 451p.

MELO, H. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: FREIRE, A., SARMENTO, C.E. e MOTTA, M. (orgs.), **Um estado em questão**: os 25 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 219-249.

MOTTA, M. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, A, SARMENTO, C.E. e MOTTA, M. (orgs.), **Um estado em questão**: os 25 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 17-57.

OLIVEIRA, A.T.R. **Dinâmica migratória recente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.150p.

PENALVA SANTOS, A.M. Descentralização econômica e dinâmica espacial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997, p. 127-141.

_____. Cidades médias como instrumento de descentralização espacial: o caso do Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 234-254.

RODRIGUES, D.A. Cenários de desenvolvimento regional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1997, p. 241-256.

_____. Os novos investimentos no Brasil: aspectos setoriais e regionais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 1998, p. 3-24.

SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional.

In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, Belém. **Anais...** Belém: ANPEC, 1999, v. 2, p. 827-846.

SOUTO DE OLIVEIRA, J. e SALLES, Y.B. **Os interesses regionais e o federalismo: o caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação do Desenvolvimento Administrativo de Economia do Setor Público, 1993. Relatório parcial. 50p.

Abstract

The reorganization of production space and the recuperation of the economy of the State of Rio de Janeiro: an analysis of highly qualified migrants

The impacts on Brazil of the transformations of production structures in the central capitalist countries, in conjunction with Brazil's political and economic reality, have produced new geographical arrangements of production systems, especially those related to industry. A central problem inherent in the participation of the State of Rio de Janeiro in this new national dynamic is the recovery of its economy, despite the stagnation the state has been suffering for decades. This article discusses certain aspects of this crisis with the purpose of contributing to the debate related to the state's possible economic recovery, focusing on the behavior of highly qualified migrant workers.

Key words: Migration. Rio de Janeiro. Economic development.

Recebido para publicação em 19/09/2003.

Aceito para publicação em 01/02/2004.